



**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO

Senhoras e Senhores Quotistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2017, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias, elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Muxfeldt, Marin & Cia. Ltda. - Mux Energia para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

### **Cenário**

A Mux Energia estabelecida em Tapejara – RS atua no segmento de geração e distribuição de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 73 anos de existência. A produção de energia é integrada por uma PCH interligada com o sistema de distribuição.

Com sede em Tapejara, é uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, fundada em 05 de agosto de 1944. Empresa com formação tipicamente familiar, composta atualmente por 62 quotistas, na maioria descendentes dos primeiros sócios.

O reconhecimento público com relação às medidas adotadas pela Mux Energia para melhorar a qualidade de seus serviços e o relacionamento com os consumidores pode ser verificado por meio das premiações que a Concessionária recebeu em 2015, 2016 e 2017: Prêmio IASC (Índice Aneel de Satisfação do Consumidor) como a melhor Concessionária de Distribuição do Brasil e 1º lugar na categoria Região Sul Sudeste e Centro-Oeste até 30 mil UCs.

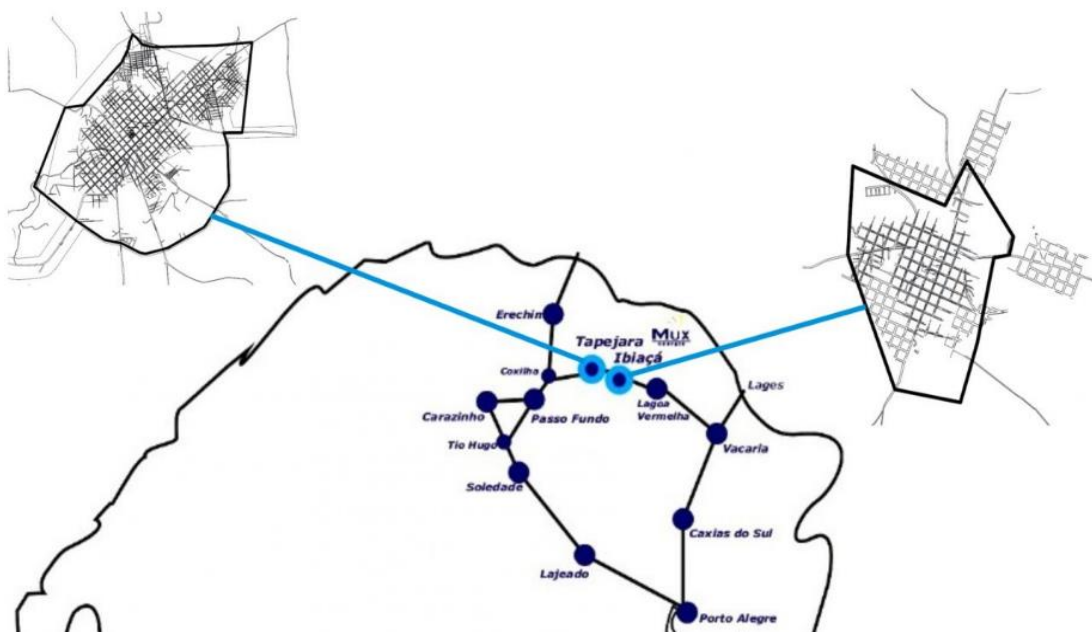
### **Geração, Distribuição de Energia Elétrica**

#### **Geração**

A Concessionária possui em operação uma usina hidrelétrica de 01 MW de potência instalada, sendo que a produção anual em 2017 foi de 5,71 MWh.

#### **Distribuição**

A Mux Energia distribui energia elétrica para as áreas urbanas de Tapejara e Ibiaçá no Rio Grande do Sul.

 Área de Concessão


**Número de Consumidores** – no ano de 2017 houve um aumento de 236 consumidores, sendo 222 residenciais, 18 comerciais, 04 nas demais classes, totalizando 11.329 consumidores atendidos pela Mux Energia, número 2,13% superior ao de 2016.

Consumidores	2013	2014	2015	2016	2017
Residencial	8.611	8.877	9.122	9.306	9.528
Comercial	1.415	1.484	1.529	1.572	1.590
Industrial	88	91	93	87	82
Rural	24	23	24	24	24
Poderes Públicos	72	76	72	81	82
Iluminação Pública	6	6	6	6	6
Serviço Público	14	16	17	16	16
Consumidor Livre	-	-	-	1	1
<b>Total</b>	<b>10.230</b>	<b>10.573</b>	<b>10.863</b>	<b>11.093</b>	<b>11.329</b>

No quadro a seguir destacamos a variação percentual do número de consumidores faturados em dezembro de 2016 e 2017 por classe de consumidores:

Classe	Número de consumidores		
	2017	2016	%
Residencial	9.528	9.306	2,39%
Comercial	1.590	1.572	1,15%
Industrial	82	87	-5,75%
Rural	24	24	0,00%
Poderes Públicos	82	81	1,23%
Iluminação Pública	6	6	0,00%
Serviço Público	16	16	0,00%
Consumidor Livre	1	1	
<b>Total</b>	<b>11.329</b>	<b>11.093</b>	<b>2,13%</b>

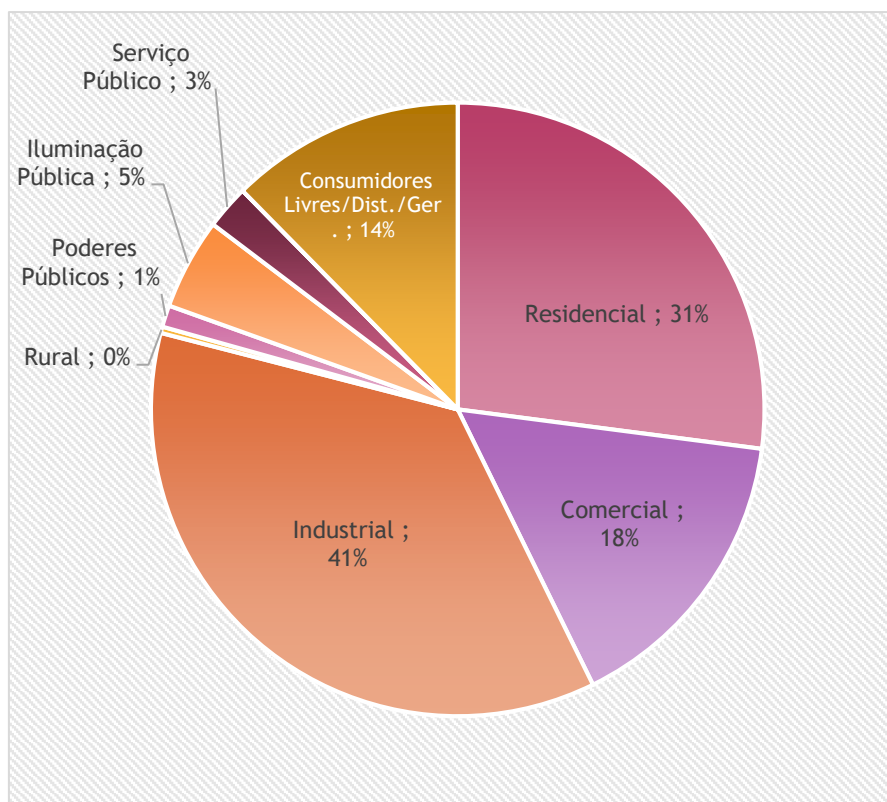
**Comportamento do mercado** - A distribuição de energia na área de concessão da Mux energia no ano de 2017, foi de 67,38 GWh (66,52 em 2016).

Dentre as classes de consumo, a com maior relevância é a industrial que representa 41% do total do faturamento. As atividades econômicas mais significativas e que representam 92% do consumo da classe são: preparação de leite, fabricação de artefatos de plástico e fabricação de frutas cristalizadas e balas.

A seguir são apresentados os resultados do consumo de energia elétrica e sua variação no período.

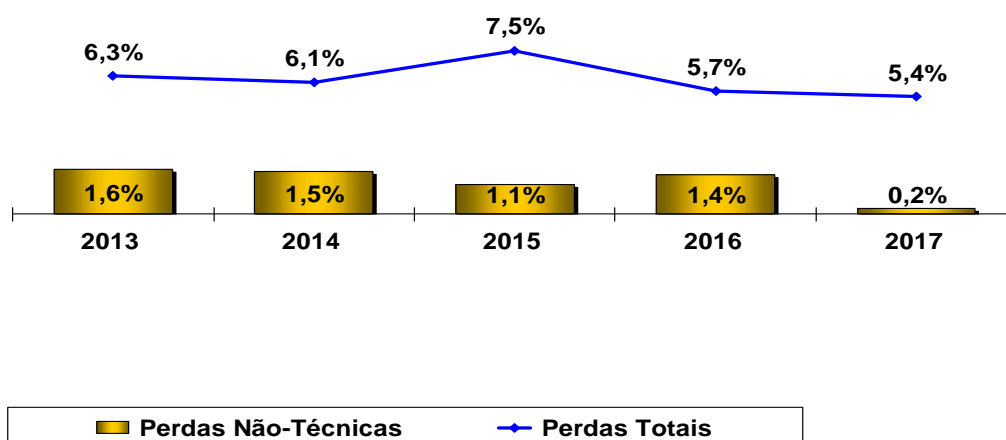
<b>Mercado Atendido - GWh</b>	<b>2.013</b>	<b>2.014</b>	<b>2.015</b>	<b>2.016</b>	<b>2.017</b>
<b>Energia Faturada</b>	<b>59,15</b>	<b>62,03</b>	<b>61,48</b>	<b>66,52</b>	<b>67,38</b>
Fornecimento	59,15	62,03	61,48	63,88	59,04
Residencial	16,24	17,41	16,79	17,81	18,23
Comercial	9,70	10,71	10,29	10,46	10,56
Industrial	28,79	28,87	29,29	29,87	24,44
Rural	0,08	0,08	0,08	0,08	0,22
Poderes Públicos	0,70	0,77	0,68	0,79	0,77
Iluminação Pública	2,24	2,52	2,67	3,10	3,24
Serviço Público	1,39	1,66	1,68	1,77	1,57
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
<b>Uso da Rede de Distribuição</b>	-	-	-	<b>2,65</b>	<b>8,33</b>
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	2,65	8,33
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>59,15</b>	<b>62,03</b>	<b>61,48</b>	<b>66,52</b>	<b>67,38</b>
<b>Variação</b>	<b>1,28%</b>	<b>4,87%</b>	<b>-0,88%</b>	<b>8,20%</b>	<b>1,28%</b>

O gráfico a seguir demonstra o percentual de consumo de energia elétrica por classe de consumo:



Energia Requerida - GWh	2013	2014	2015	2016	2017
Venda de Energia	59,15	62,03	61,48	63,88	59,04
- Fornecimento	59,15	62,03	61,48	63,88	59,04
- Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	2,65	8,33
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
<b>Mercado Atendido</b>	<b>59,15</b>	<b>62,03</b>	<b>61,48</b>	<b>66,52</b>	<b>67,38</b>
Perdas na Rede Básica	-	-	-	-	-
Pernas na Distribuição	4,00	4,00	5,00	4,00	3,84
Perdas Técnicas	3,00	3,00	4,00	3,00	3,69
Perdas não Técnicas - PNT	1,00	1,00	0,70	1,00	0,16
PNT / Energia Requerida %	0,02	0,02	0,01	0,01	0,00
<b>Perdas Totais - PT</b>	<b>4,00</b>	<b>4,00</b>	<b>5,00</b>	<b>4,00</b>	<b>3,84</b>
<b>PT / Energia Requerida %</b>	<b>0,06</b>	<b>0,06</b>	<b>0,08</b>	<b>0,06</b>	<b>0,05</b>
<b>Total</b>	<b>63,15</b>	<b>66,03</b>	<b>66,48</b>	<b>70,52</b>	<b>71,22</b>
Suprimento Rio Grande Energia	57,00	59,00	60,00	64,00	57,12
Consumidor Livre	-	-	-	3,00	8,33
Geração Própria	5,87	6,77	6,14	4,00	5,76
Microgeração	-	-	-	0,07	0,02
<b>Total</b>	<b>62,87</b>	<b>65,77</b>	<b>66,14</b>	<b>71,07</b>	<b>71,24</b>

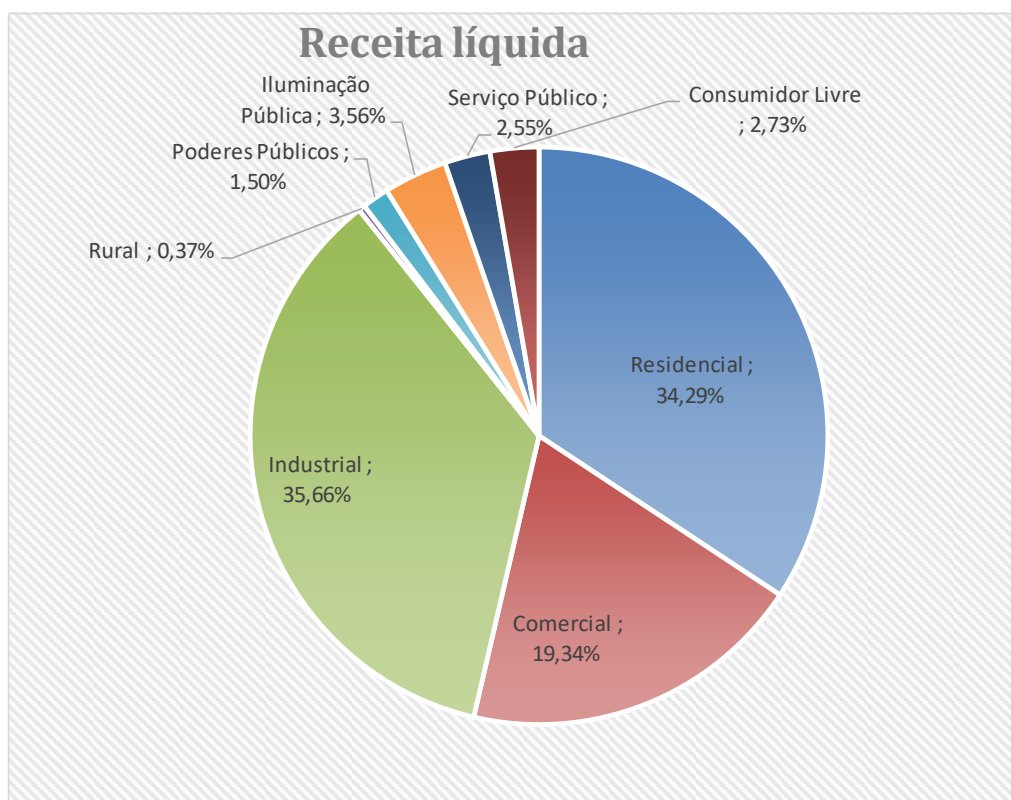
As perdas totais de energia sobre a energia requerida apresentaram uma evolução negativa de 0,2% em 2016 para 2017.



**Receita** - A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, PIS e COFINS, importou em R\$ 23.332 mil, representando uma diminuição em 9,5 pontos percentuais em comparação com o ano anterior, conforme quadro a seguir:

Receita líquida em R\$ mil

Classe	2.017	2.016	Variação%	% Receita por classe 2017
Residencial	8.001	8.146	-1,78%	34,29%
Comercial	4.512	4.727	-4,54%	19,34%
Industrial	8.320	10.737	-22,51%	35,66%
Rural	86	26	237,11%	0,37%
Poderes Públicos	349	375	-6,97%	1,50%
Iluminação Pública	831	781	6,47%	3,56%
Serviço Público	595	700	-14,89%	2,55%
Consumidor Livre	637	289	120,26%	2,73%
<b>Total</b>	<b>23.332</b>	<b>25.780</b>	<b>-9,50%</b>	<b>100,00%</b>



**Qualidade do fornecimento** - A ANEEL exige que todas as distribuidoras certifiquem o processo de coleta e apuração dos indicadores de continuidade DEC e FEC, com base nas normas da Organização Internacional para Normalização (International Organization for Standardization) ISO 9000.

Os indicadores DEC (duração equivalente de interrupções por unidade consumidora) e FEC (frequência equivalente de interrupções por unidade consumidora) são os dois principais indicadores que representam a qualidade do serviço de distribuição de energia elétrica. A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

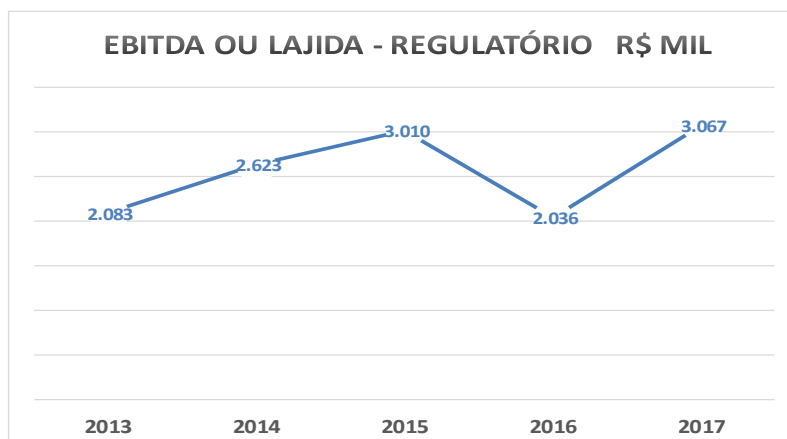
Ano	DEC (horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de Espera (horas)
2017	1,96	3,59	0,73
2016	6,12	4,46	0,72
2015	4,87	5,15	0,75
2014	7,91	6,99	0,77
2013	5,53	4,16	0,78

**Tarifas** - A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.270 de 11 de julho de 2017 homologou o resultado da Reajuste Tarifário Anual da Mux Energia. As tarifas foram, a partir de 22 de julho de 2017, em média reajustadas em 5,44%.

Classe	Tarifa média de fornecimento em R\$/MWh	
	Sem Impostos	Com Impostos
Residencial	438,91	672,43
Comercial	426,68	657,52
Industrial	337,35	442,33
Rural	375,95	411,30
Poderes Públicos	452,32	643,71
Iluminação Pública	256,23	341,88
Serviço Público	379,88	584,88

**Desempenho econômico-financeiro** - Em 2017, o lucro líquido foi de R\$ 1.698 mil, comparado com o de 2016 R\$ 1.034 mil. A Receita Operacional Líquida atingiu R\$ 19.626 mil, enquanto que em 2016 ficou em R\$ 18.760 mil.

**O EBITDA ou LAJIDA**, Resultado do Serviço (DRE), adicionado da despesa com depreciação e amortização foi de R\$ 3.067 mil, superior em 50,64% comparado a 2016, que foi de R\$ 2.036 mil.



**Investimentos** - Os investimentos realizados pela empresa em 2017 totalizaram R\$ 1.255 mil sendo que o maior incremento foi em máquinas e equipamentos para a distribuição de energia elétrica que representaram R\$ 872 mil e atenderam a expansão do mercado de energia e a melhoria da qualidade de fornecimento.

<b>Investimentos</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Obras de Geração	121	515
Obras de Distribuição	917	805
Instalações Gerais	217	5
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>1.255</b>	<b>1.325</b>

### Evolução e Projeção dos Investimentos

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	R\$ Mil Nominais			R\$ Mil em moeda constante de 31/dez/2017				
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
<b>AIS Bruto <sup>1</sup></b>	<b>883</b>	<b>805</b>	<b>917</b>	<b>439</b>	<b>409</b>	<b>449</b>	<b>422</b>	<b>389</b>
Transformador de Distribuição	238	74	84 #	78	62	45	35	45
Medidor	97	240	122 #	144	150	141	127	103
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	272	255	277 #	86	128	178	151	124
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	208	214	435 #	97	51	52	57	52
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	67	22	-	34	18	33	52	65



Obrigações Especiais do AIS Bruto	(430)	(335)	(345)	-	-	-	-	-
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(314)	(246)	(39)	-	-	-	-	-
Outros	(115)	(89)	(306)	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Originadas da Receita	(115)	(89)	(306)	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Ultrapassagem de demanda	(25)	(37)	(121)	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Excedente de reativos	(91)	(52)	(185)	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.

### Comparativo dos Investimentos em Máquinas e Equipamentos da Distribuição

R\$ Mil	2017R	2018P	2019P	2020P	2021P	2022P
<b>Plano de Investimentos 2017</b>	917	439	409	449	422	389

R\$ Mil	2017P	2018P	2019P	2020P	2021P
<b>Plano de Investimentos 2016</b>	1.129	689	740	941	956

<b>Diferença</b>	<b>-18,8%</b>	<b>-36,3%</b>	<b>-44,7%</b>	<b>-52,3%</b>	<b>-55,9%</b>
------------------	---------------	---------------	---------------	---------------	---------------

**MUXENERGIA em números**

<b>Atendimento</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>%</b>
Número de Consumidores	11.329	11.093	2,1%
Número de empregados	24	23	4,2%
Número de consumidores por empregado	472	482	-2,2%
Número de localidades atendidas	2	2	0,0%
Número de agências	-	-	0,0%
Número de postos de atendimento	2	2	0,0%
Número de postos de arrecadação	19	13	31,6%
<b>Mercado</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	
Área de concessão (Km²)	15,34	15,34	
Geração própria (GWh)	6	4	
Distribuição direta (GWh)	67	67	
Consumo residencial médio (KWh/ano)	18.230	17.807	
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)			
Residencial	438,91	457,47	
Comercial	426,68	451,34	
Industrial	337,35	357,91	
Rural	375,95	326,47	
Suprimento	146,45	146,45	
DEC (horas)	1,96	6,12	
FEC (número de interrupções)	3,59	4,46	
População atendida - Urbana (em milhares de habitantes)	15	15	
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	0	0	
Número de reclamações por 10.000 consumidores	4,53	4,53	
<b>Operacionais</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>%</b>
Número de usinas em operação	1	1	0,00%
Número de subestações	0	0	0,00%
Linhas de transmissão (Km)	0	0	0,00%
Linhas de distribuição (Km)	196,18	194,84	0,69%
Capacidade instalada (MW)	32,06	31,09	3,12%
<b>Financeiros</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>%</b>
Receita operacional bruta (R\$ mil)	35.414	34.718	1,97%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	19.626	18.760	4,41%
Margem operacional do serviço líquida (%)	12,73%	9,62%	24,45%
EBITDA ou LAJIDA	3.067	2.036	33,62%
Lucro Líquido (R\$ mil)	2.498	1.804	27,78%
<b>Operacionais</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>%</b>
Lucro líquido por lote de mil quotas	333	241	27,78%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	21.607	18.995	12,09%
Valor patrimonial do lote de mil quotas	2.881	2.533	12,09%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	11,56%	9,50%	17,85%
Endividamento do patrimônio líquido (%)	0,00	0,00	
Em moeda nacional (%)			
Em moeda estrangeira (%)	0,00	0,00	0,00%
Indicadores de performance			
Salário Médio dos Funcionários:	3.519,67	3.814,52	
Energia Gerada / Comprada por Funcionário:	2.958,33	3.086,96	
Energia Gerada / Comprada por Consumidor:	6,27	6,40	

**Política de reinvestimento e distribuição de dividendos** - No exercício de 2017, a Mux Energia pagou a título de juros sobre o capital próprio o montante de R\$ 800 mil (R\$ 770 mil em 2016), de acordo com o artigo 90 da Lei no 9.249 de 26 de dezembro de 1995, que permitiu a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e contribuição social. O pagamento de dividendos será submetido à consideração do Conselho Consultivo da sociedade, conforme prevê o contrato social. Normalmente 50% do lucro líquido de cada exercício tem sido destinado aos quotistas.

**Composição acionária** - Em 31 de dezembro de 2017 o capital social da Mux Energia era de R\$ 7,5 milhões, composto por 7.500.000 quotas no valor de 1,00 cada uma.

**Atendimentos aos quotistas** - Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente e moderna, a Mux Energia coloca à disposição dos seus quotistas um atendimento personalizado, na sua sede a Rua do Comércio, 1420 em Tapejara – RS. O atendimento presta informações sobre as posições das quotas individuais, dividendos ou juros sobre o capital próprio, créditos dos dividendos e demais informações para o bom relacionamento entre a Empresa e seus Quotistas.

**Administração** - Com a assinatura do 4º termo aditivo ao Contrato de concessão em 09/12/2015, a Mux energia teve sua concessão prorrogada por mais 30 anos.

Este fato requer da empresa a continuidade de suas operações dentro do nível de atendimento demonstrado nos últimos anos para garantir o cumprimento das metas de qualidade e de gestão previstas no novo contrato de concessão.

Como consequência das exigências cada vez maiores a nível de satisfação do consumidor e das metas de qualidade exigidas pelos órgãos reguladores, a empresa planeja investir em uma nova estrutura organizacional para o atendimento as mudanças exigidas pelo setor elétrico.

**Gestão pela qualidade total** A MUX ENERGIA possui o Certificado de Registro nº FS 544410 emitido pelo órgão certificador BSI Brasil. Em 2017 deu continuidade ao processo de renovação da certificação do seu Sistema de Gestão de Qualidade através da NBR ISO 9001:2015. O atual escopo de certificação é “Distribuição de energia elétrica, incluindo os processos de coleta de dados, apuração dos indicadores e padrões de atendimento comercial de qualidade, indicadores individuais e coletivos de continuidade do fornecimento de energia elétrica, bem como, o tratamento das reclamações de consumidores, incluindo o processo de Ouvidoria”. Todo o trabalho da direção e colaboradores culminou na continuidade da certificação da MUX ENERGIA em dezembro de 2017.

Pelo 3º ano consecutivo a Mux Energia recebe o prêmio IASC Brasil concessionárias. IASC (Índice Aneel de Satisfação do Consumidor) é um indicador que permite avaliar a satisfação do consumidor residencial com os serviços prestados pelas distribuidoras de energia elétrica, é obtido anualmente a partir de pesquisa amostral realizada com consumidores de todas as distribuidoras, concessionárias e permissionárias, que atuam no território nacional. São realizadas cerca de 25.000 entrevistas. As empresas mais bem avaliadas pelos consumidores recebem troféu, certificado e o selo IASC. O selo pode ser aplicado nas faturas de energia elétrica e no material de comunicação institucional. Os resultados do IASC são utilizados para subsidiar o aprimoramento dos instrumentos regulatórios e a priorização das ações de fiscalização.

**Responsabilidade Social** - Cada vez mais, a Mux Energia vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente e o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade. Essas atitudes têm foco no combate ao desperdício de energia, proporcionado investimentos no Setor Elétrico, garantindo o fornecimento e trazendo, como consequência, uma melhor qualidade de vida para toda a população.

A Mux Energia também realiza, em prol da comunidade, arrecadação via conta de energia elétrica para entidades de cunho beneficente e cultural, facilitando a contribuição e diminuindo os custos.

#### Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho Consultivo pelo apoio prestado nas questões de maior interesse da Mux Energia. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Mux Energia.

Tapejara, 03 de abril de 2018

A Administração



Rogério Zimmermann Döering  
Diretor Presidente  
CPF: 467.985.280-15

**MUXFELDT MARIN & CIA LTDA. - MUXENERGIA**  
**CNPJ: 97.578.090/0001-34**

**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**em 31 de dezembro de 2017 E 2016**

		Valores expressos em milhares de reais	
<b>ATIVO</b>	<b>Notas</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Ativo Circulante</b>		<b>13.523</b>	<b>13.238</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		7.879	9.553
Consumidores	4	3.383	2.773
Serviços em Curso		66	-
Tributos Compensáveis		221	189
Almoçarifado Operacional		158	172
Ativos Financeiros Setoriais	6	1.528	273
Despesas Pagas Antecipadamente		155	192
Outros Ativos Circulantes		131	86
<b>Ativo Não Circulante</b>		<b>14.880</b>	<b>12.428</b>
Consumidores	4	620	620
Tributos Compensáveis		119	108
Ativos Financeiros Setoriais	6	-	-
Bens e Direitos para Uso Futuro		-	-
Outros Ativos Não Circulantes		-	-
Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		300	285
Imobilizado	5	13.745	11.348
Intangível		95	66
<b>TOTAL ATIVO</b>		<b>28.402</b>	<b>25.666</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo Circulante</b>		<b>5.388</b>	<b>5.235</b>
Fornecedores		1.921	1.612
Obrigações Sociais e Trabalhistas		293	260
Tributos		816	540
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio		680	655
Encargos Setoriais		836	766
Passivos Financeiros Setoriais	6	555	963
Outros Passivos Circulantes		287	439
<b>Passivo Não Circulante</b>		<b>1.407</b>	<b>1.437</b>
Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	7	1.407	1.437
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>6.795</b>	<b>6.672</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>21.607</b>	<b>18.995</b>
Capital Social		7.500	7.500
Outros Resultados Abrangentes		6.226	3.968
Reservas de Lucros		7.881	7.527
<b>TOTAL PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>28.402</b>	<b>25.666</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

**MUXFELDT MARIN & CIA LTDA. - MUXENERGIA**

CNPJ: 97.578.090/0001-34

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016**

	Valores expressos em milhares de reais		
	Notas	2017	2016
<b>Receita / Ingresso</b>	<b>9</b>	<b>35.414</b>	<b>34.718</b>
Fornecimento de Energia Elétrica		33.467	36.714
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		1.876	(2.063)
Serviços Cobráveis		71	67
<b>Tributos</b>		<b>(11.684)</b>	<b>(12.682)</b>
ICMS		(8.441)	(9.110)
PIS-PASEP/COFINS		(3.231)	(3.561)
ISS/IPTU		(11)	(11)
<b>Encargos - Parcela "A"</b>		<b>(4.104)</b>	<b>(3.275)</b>
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D		(98)	(94)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(98)	(94)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		(3.001)	(3.462)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(30)	(27)
Outros Encargos		(877)	402
<b>Receita Líquida / Ingresso Líquido</b>		<b>19.626</b>	<b>18.760</b>
<b>Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"</b>		<b>(14.140)</b>	<b>(15.123)</b>
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(10.939)	(12.879)
Encargos de Transmissão, Conexão e Distribuição		(3.201)	(2.244)
<b>Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis</b>		<b>5.486</b>	<b>3.637</b>
<b>Custos Gerenciáveis - Parcela "B"</b>		<b>(3.800)</b>	<b>(2.906)</b>
Pessoal e Administradores	10	(2.042)	(1.880)
Material		(292)	(207)
Serviço de Terceiros		(500)	(278)
Arrendamentos e Aluguéis		(189)	(175)
Seguros		(16)	(8)
Provisões		(5)	331
(-) Recuperação de Despesas		27	29
Tributos		(44)	(14)
Depreciação e Amortização		(555)	(492)
Gastos Diversos		(185)	(212)
<b>Outras Receitas Operacionais</b>		<b>939</b>	<b>1.194</b>
<b>Outras Despesas Operacionais</b>		<b>(113)</b>	<b>(381)</b>
<b>Resultado da Atividade</b>		<b>2.512</b>	<b>1.544</b>
<b>Resultado Financeiro</b>		<b>47</b>	<b>699</b>
Despesas Financeiras		(1.114)	(1.018)
Receitas Financeiras		1.161	1.717
<b>Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro</b>		<b>2.559</b>	<b>2.243</b>
Imposto de Renda		(618)	(874)
Contribuição Social		(242)	(335)
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio		800	770
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>		<b>2.498</b>	<b>1.804</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

**MUXFELDT MARIN & CIA LTDA. - MUXENERGIA**  
**CNPJ: 97.578.090/0001-34**

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REGULATÓRIO**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016**

	Valores expressos em milhares de reais				
	Capital Social	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Total
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>	<b>7.500</b>	<b>4.356</b>	<b>7.172</b>	-	<b>19.028</b>
Dividendos Pagos	-	-	(680)	-	<b>(680)</b>
Aquisição de Quotas Próprias	-	-	-	-	-
Distribuição de Quotas em Tesouraria	-	-	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(770)	<b>(770)</b>
Realização de Reservas	-	(388)	-	-	<b>(388)</b>
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	1.804	<b>1.804</b>
Transf. Lucro para Reservas de Lucros	-	-	1.034	(1.034)	-
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>	<b>7.500</b>	<b>3.968</b>	<b>7.526</b>	-	<b>18.994</b>
Dividendos Pagos	-	-	(1.200)	-	<b>(1.200)</b>
Aquisição de Quotas Próprias	-	-	(143)	-	<b>(143)</b>
Distribuição de Quotas em Tesouraria	-	-	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(800)	<b>(800)</b>
Realização de Reservas	-	2.258	-	-	<b>2.258</b>
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	2.498	<b>2.498</b>
Transf. Lucro para Reservas de Lucros	-	-	1.698	(1.698)	-
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017</b>	<b>7.500</b>	<b>6.226</b>	<b>7.881</b>	<b>0</b>	<b>21.607</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

**MUXFELDT MARIN & CIA LTDA. - MUXENERGIA**  
CNPJ: 97.578.090/0001-34

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016**

	Valores expressos em milhares de reais	
	2017	2016
<b>Atividades Operacionais</b>	<b>1.421</b>	<b>3.728</b>
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>2.498</b>	<b>1.804</b>
<b>Despesas (Receitas) que não afetam o caixa</b>	<b>771</b>	<b>501</b>
Depreciação/Amortização	555	492
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	(331)
Baixas líquidas do intangível em serviço	211	340
<b>Variações no ativo circulante</b>	<b>(1.973)</b>	<b>1.471</b>
(Aumento) Redução Contas a Receber de Clientes	(610)	950
(Aumento) Redução Serviços em Curso	(66)	-
(Aumento) Redução Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	(32)	(3)
(Aumento) Redução Estoque	14	(54)
(Aumento) Redução Ativos Financeiros Setoriais	(1.255)	1.073
(Aumento) Redução Despesas Pagas Antecipadamente	36	(184)
(Aumento) Redução Outros Ativos Circulantes	(45)	(280)
(Aumento) Redução Ativos Não Circulantes	(15)	(31)
<b>Variações no passivo circulante</b>	<b>125</b>	<b>(48)</b>
Aumento (Redução) Fornecedores	309	(366)
Aumento (Redução) Obrigações Sociais e Trabalhistas	33	11
Aumento (Redução) Tributos e Contribuições Sociais	276	24
Aumento (Redução) Encargos Setoriais	96	(410)
Aumento (Redução) Outros Passivos Setoriais	(408)	906
Aumento (Redução) Outros Passivos Circulantes	(152)	(213)
Aumento (Redução) Passivos não Circulantes	(29)	-
<b>Atividades de Investimento</b>	<b>(952)</b>	<b>(725)</b>
Vendas de Ativo Intangível	-	-
Aquisições do Ativo Intangível	(991)	(970)
Contribuição e Doações do Consumidor	39	245
<b>Atividades de Financiamento</b>	<b>(2.143)</b>	<b>(1.450)</b>
Pagamento de dividendos	(1.200)	(680)
Aquisição de quotas próprias	(143)	-
Juros sobre o capital próprio	(800)	(770)
<b>Total dos efeitos no caixa</b>	<b>(1.674)</b>	<b>1.554</b>
Saldo inicial de caixa	9.553	7.999
Saldo final de caixa	7.879	9.553
<b>Variação no caixa</b>	<b>(1.674)</b>	<b>1.554</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**  
(Valores expressos em milhares de reais)

**01 - Setor Elétrico no Brasil**

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Concessionária é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Concessionária, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

No negócio de geração, a Outorgada além de vender energia por meio dos leilões para as distribuidoras por meio do mercado cativo, também vende energia à Consumidores Livres no mercado livre – ACL. No mercado livre - ACL, a energia é negociada por meio das concessionárias de geração, PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas, autogeradores, comercializadores e importadores de energia.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado. As geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas em vez de geradores privados, são obrigados a fazê-lo através de um processo de leilão.

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Concessionária está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma

data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

## **02 - Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias**

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação

compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

### **03 - Principais Práticas Contábeis Regulatórias**

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis Societárias apresentadas nas páginas 17 a 21, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

**3.1 - Ativos e passivos financeiros setoriais:** O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

**3.2 - Imobilizado em serviço:** Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 31 de janeiro de 2017. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador. O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

**3.3 - Imobilizado em curso:** Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

**3.4 - Intangível:** Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

**3.5 - Obrigações especiais vinculadas à concessão:** Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

**3.6 - Reserva de reavaliação:** é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados.

**3.7 - Reconhecimento de receita:** A receita operacional do curso normal da atividade da Outorgada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos

foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

#### 04 - Consumidores e Concessionárias e Permissionárias Composição do Contas a Receber

DESCRIÇÃO - R\$ Mil	VALORES CORRENTES							TOTAL 2017	TOTAL 2016
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA				Provisão p/ Devedores Duvidosos		
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias			
<b>Fornecimento de Energia</b>	<b>4.000</b>	-	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>644</b>	<b>(650)</b>	<b>4.003</b>	<b>3.393</b>
- Residencial	1.212	-	1	3	4	17	(21)	1.216	1.000
- Industrial	980	-	-	-	-	599	(599)	980	899
- Comercial	691	-	1	-	-	7	(8)	691	586
- Rural	6	-	-	-	-	-	-	6	3
- Poderes Públicos	45	-	-	-	-	-	-	45	32
- Iluminação Pública	99	-	-	-	-	-	-	99	76
- Serviço Público	86	-	-	-	-	-	-	86	76
- Serviço Taxado	12	-	-	-	-	-	(1)	11	9
Consumidor Livre	49	-	-	-	-	-	-	49	55
Outros Créditos	43	-	-	-	-	21	(21)	43	(3)
- Fornecimento Não Faturado	777	-	-	-	-	-	-	777	660
- ( - ) Arrecadação Processo Classif.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>4.000</b>	-	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>644</b>	<b>(650)</b>	<b>4.003</b>	<b>3.393</b>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- (a) Consumidores residenciais e comerciais vencidos há mais 180 dias; e
- (b) Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

O valor a receber de R\$ 620 mil de Consumidores (Fornecimento de Longo Prazo) referem-se a faturas de energia elétrica nº 4134 (faturamento outubro/2014) e 10.499 (faturamento novembro/2014) da empresa Laticínios Bom Gosto S.A. CNPJ nº 94.679.479/0001-88. Foram transferidas para Longo Prazo e constituída a referida PCLD conforme o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE e a legislação do Imposto de Renda.

## 05 - Imobilizado

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Baixas da Reavaliação	Transfe-rências (C)	Reava-liação e Outros	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depre-ciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016	Obriga-ções Especiais Brutas	Amorti-zação Acum.	Obriga-ções Especiais Líquidas
<b>Geração</b>	<b>3.570</b>	-	<b>(19)</b>		<b>121</b>	<b>2.460</b>	<b>4.638</b>	<b>101</b>	<b>(1.059)</b>	<b>3.578</b>	<b>2.838</b>	-	-	-
Terrenos	476	-	-	(476)	-	621	621	█	-	621	476	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	1.253	-	-	(586)	-	966	1.634	█	(383)	1.251	985	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	314	-	-	(101)	-	196	409	█	(137)	272	215	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	1.519	-	(19)	(328)	121	671	1.963	█	(529)	1.434	1.161	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	█	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	9	-	-	(3)	-	6	12	█	(11)	1	1	-	-	-
<b>Transmissão</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	█	█	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	█	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	█	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	█	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	█	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-	█	-	-	-	-	-	-
<b>Distribuição</b>	<b>11.861</b>	-	<b>(263)</b>		<b>1.114</b>	<b>6.924</b>	<b>15.687</b>	<b>851</b>	<b>(6.496)</b>	<b>9.192</b>	<b>6.877</b>	<b>(1.714)</b>	<b>307</b>	<b>(1.407)</b>
Terrenos	588	-	-	(575)	-	999	1.012	█	-	1.012	588	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	420	-	(6)	(300)	-	426	541	█	(435)	105	99	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	10.488	-	(236)	(2.977)	917	5.443	13.635	█	(5.799)	7.836	6.104	(1.714)	307	(1.407)
Veículos	339	-	(22)	(87)	197	37	465	█	(230)	235	82	-	-	-
Móveis e Utensílios	26	-	0	(11)	-	20	36	█	(31)	4	3	-	-	-
<b>Administração</b>	<b>1.626</b>	-	<b>(4)</b>		<b>9</b>	<b>1.244</b>	<b>1.426</b>	<b>5</b>	<b>(878)</b>	<b>549</b>	<b>958</b>	-	-	-
Terrenos	867	-	-	(866)	-	444	445	█	-	445	867	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	585	-	-	(547)	-	725	763	█	(725)	38	34	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	73	-	(4)	(15)	8	24	87	█	(57)	30	23	-	-	-
Veículos	47	-	-	-	-	10	58	█	(28)	29	31	-	-	-
Móveis e Utensílios	53	-	(0)	(20)	1	40	74	█	(69)	5	4	-	-	-
<b>Comercialização</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	█	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	█	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	█	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	█	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-	█	-	-	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>17.057</b>	-	<b>(286)</b>		<b>1.244</b>	<b>10.627</b>	<b>21.752</b>	<b>958</b>	<b>(8.433)</b>	<b>13.318</b>	<b>10.673</b>	<b>(1.714)</b>	<b>307</b>	<b>(1.407)</b>

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Baixas da Reavaliação	Transferências (C)	Reavaliação e Outros	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
<b>Geração</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Transmissão</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Distribuição</b>	675	1.772	-	-	(2.037)	-	410	(265)	-	410	675	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	29	948	-	-	(961)	-	16	(13)	-	16	29	-	-	-
Outros	646	824	-	-	(1.076)	-	394	(252)	-	394	646	-	-	-
<b>Administração</b>	-	34	-	-	(16)	-	17	17	-	17	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	8	-	-	-	-	8	8	-	8	-	-	-	-
Outros	-	26	-	-	(16)	-	9	9	-	9	-	-	-	-
<b>Comercialização</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	675	1.806	-	-	(2.054)	-	427	(248)	-	427	675	-	-	-
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	17.732	1.806	(286)	-	(810)	10.627	22.179	710	(8.433)	13.746	11.348	(1.714)	307	(1.407)

A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Baixas da Reavaliação	Transfe-rências (C)	Reava-liação	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amorti-zação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
<b>Ativo Intangível em Serviço</b>											
<b>Geração</b>	34	-	-	(11)	-	21	44	-	(44)	0	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	✓	-	-	-
Uso do Bem Público	-	-	-	-	-	-	-	✓	-	-	-
Softwares	34	-	-	(11)	-	21	44	✓	(44)	0	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	✓	-	-	-
<b>Transmissão</b>	-	-	-	-	-	-	-	✓	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	✓	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	✓	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	✓	-	-	-
<b>Distribuição</b>	193	11	-	(39)	-	98	264	11	(183)	80	55
Servidões	38	-	-	(13)	-	25	50	✓	-	50	-
Softwares	138	-	-	(16)	-	58	180	✓	(181)	(1)	55
Outros	17	11	-	(10)	-	16	34	✓	(2)	32	-
<b>Administração</b>	12	-	-	(5)	-	8	14	-	-	14	12
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	✓	-	-	-
Outros	12	-	-	(5)	-	8	14	✓	-	14	12
<b>Comercialização</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	✓	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	✓	-	-	-
<b>Subtotal</b>	239	11	-	-	-	127	322	11	(228)	95	66
<b>Ativo Intangível em Curso</b>											
<b>Geração</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	✓	-	-	-
Uso do Bem Público	-	-	-	-	-	-	-	✓	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	✓	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	✓	-	-	-
<b>Transmissão</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	✓	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	✓	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	✓	-	-	-
<b>Distribuição</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	✓	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	✓	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	✓	-	-	-
<b>Administração</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	✓	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	✓	-	-	-
<b>Comercialização</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	✓	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	✓	-	-	-
<b>Subtotal</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total do Ativo Intangível</b>	239	11	-	-	-	127	322	11	(228)	95	66





Ativo Imobilizado - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2017			2016
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
<b>Em serviço</b>					
<b>Geração</b>		<b>4.638</b>	<b>(1.060)</b>	<b>3.578</b>	<b>2.838</b>
Custo Histórico		2.178	(512)	1.666	1.620
Correção Monetária Especial	1,16%	-	-	-	-
Reavaliação		2.460	(548)	1.912	1.218
<b>Transmissão</b>		-	-	-	-
Custo Histórico		-	-	-	-
Correção Monetária Especial		-	-	-	-
Reavaliação		-	-	-	-
<b>Distribuição</b>		<b>15.687</b>	<b>(6.496)</b>	<b>9.191</b>	<b>6.931</b>
Custo Histórico		8.863	(2.979)	5.884	5.396
Correção Monetária Especial	3,65%	-	-	-	-
Reavaliação		6.824	(3.517)	3.307	1.535
<b>Administração</b>		<b>1.426</b>	<b>(878)</b>	<b>548</b>	<b>970</b>
Custo Histórico		182	(123)	59	71
Correção Monetária Especial	4,45%	-	-	-	-
Reavaliação		1.244	(755)	489	899
<b>Comercialização</b>		-	-	-	-
Custo Histórico		-	-	-	-
Correção Monetária Especial		-	-	-	-
Reavaliação		-	-	-	-
<b>Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica</b>		<b>107</b>	<b>(39)</b>	<b>68</b>	<b>69</b>
Custo Histórico		107	(39)	68	69
Correção Monetária Especial		-	-	-	-
Reavaliação		-	-	-	-
		<b>21.858</b>	<b>(8.473)</b>	<b>13.385</b>	<b>10.808</b>
<b>Em Curso - R\$ Mil</b>					
Geração		-	-	-	
Transmissão		-	-	-	
Distribuição		-	-	<b>411</b>	<b>675</b>
Administração		-	-	<b>17</b>	
Comercialização		-	-	-	
Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		-	-	-	
		-	-	<b>428</b>	<b>675</b>
		<b>21.858</b>	<b>(8.473)</b>	<b>13.813</b>	<b>11.483</b>

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizados, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Juros Capitalizados	Depreciação / Amortização	Outros Gastos	Total
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Aduadoras	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	783	146	123	-	-	24	1.077
Veículos	-	0	-	-	-	-	0
Móveis e Utensílios	1	17	-	-	-	-	18
A Ratear	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento de Projetos	-	-	-	-	-	-	-
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	152	24	0	-	-	-	176
Material em Depósito	648	-	-	-	-	-	648
Compras em Andamento	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos Judiciais	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total das Adições</b>	<b>1.584</b>	<b>188</b>	<b>123</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>24</b>	<b>1.919</b>

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

**Taxas anuais de depreciação (%)**

**Geração**

Gerador	3,33
Painel, Mesa de Comando e Cubículo	3,57
Reservatório, Barragens e Aduadoras	2,00
Turbina Hidráulica	2,50

**Distribuição**

Banco de capacitores	6,67
Condutor do sistema	3,57
Estrutura do sistema	3,57
Medidor	7,69
Regulador de tensão	4,35
Religador de tensão	4,00
Transformador de distribuição	4,00

**Administração Central**

Equipamento Geral	6,25
Equipamento Geral de Informática	16,67

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que

regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço foram:

<b>Principais adições</b>	
<b>Descrição do bem</b>	<b>em R\$ mil</b>
1. Caminhão VW 8.160 Delivery Branco 2016 - (ODI 7982/16)	197
2. Instalação de banco regulador - (ODI 6761/17)	138
3. Ponte Rolante Usina Avante- (ODI 3100/17)	119
4. Extensão de rede de energia elétrica em média tensão - (ODI 255/17)	81
5. Extensão de rede de energia elétrica em média e baixa tensão - (ODI 214/17)	60
6. Compra de equipamentos para Linha Viva - (ODI 1949/17)	44
7. Extensão de rede de energia elétrica em média e baixa tensão - (ODI 5984/17)	43
8. Imobilização de medidores e ramais de ligação - (ODI 9402/16)	22
9. Modem para telemetria de medidores de energia elétrica - (ODI 8057/17)	18
10. Extensão de rede de energia elétrica em média e baixa tensão - (ODI 746/17)	16

As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço foram:

<b>Descrição do bem</b>	<b>em R\$ mil</b>
1. Desativação da ponte rolante da Usina - (ODD 3098/17)	6
2. Desativação de uma porta contra-peso - (ODD 702/17)	5
3. Desativação de medidores e ramais de ligação - (ODD 9402/17)	4
4. Desativação de rede de energia elétrica em média tensão - (ODD 255/17)	3
5. Desativação de rede de energia elétrica em média e baixa tensão - (ODD 5984/17)	3
6. Desativação de medidores e ramais de ligação - (ODD 7186/17)	3
7. Desativação de medidores e ramais de ligação - (ODD 1672/17)	2
8. Desativação de medidores e ramais de ligação - (ODD 3868/17)	2
9. Desativação de medidores e ramais de ligação - (ODD 5383/17)	2
10. Desativação de medidores e ramais de ligação - (ODD 953/17)	2

## **06 - Ativos e Passivos Financeiros Setoriais**

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

### **a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”**

Os itens da Parcela “A” são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período entre Revisões e Reajustes Tarifários entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último Reajuste Tarifário Anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

A recuperação da Parcela “A” inicia logo após o final da vigência da Revisão Tarifária ou Reajuste, utilizando os mesmos mecanismos de recuperação, ou seja, o reajuste aplicado nas tarifas para compensação dos itens da Parcela “A”.

Os créditos da Parcela “A” são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização.

À medida que os valores da Parcela “A” são recebidos na tarifa, a Concessionária transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado.

## b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

### • Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2016	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2017	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
<b>CVA Ativa</b>	<b>178</b>	<b>1.557</b>	<b>(352)</b>	<b>332</b>	<b>(187)</b>	<b>1.528</b>	<b>352</b>	<b>1.558</b>	<b>1.528</b>	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	140	1.497	(262)	292	(186)	1.481	262	1.497	1.481	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	38	3	(43)	6	(1)	3	43	3	3	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	57	(47)	34	-	44	47	58	44	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Demais Ativos Financeiros Setoriais</b>	<b>95</b>	<b>512</b>	-	<b>3</b>	<b>(610)</b>	-	-	<b>512</b>	-	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	95	512	-	3	(610)	-	-	512	-	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total Ativos Financeiros Setoriais</b>	<b>273</b>	<b>2.069</b>	<b>(352)</b>	<b>335</b>	<b>(797)</b>	<b>1.528</b>	<b>352</b>	<b>2.070</b>	<b>1.528</b>	-

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2016	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2017	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
<b>CVA Passiva</b>	<b>831</b>	<b>565</b>	<b>(1.217)</b>	<b>213</b>	<b>(117)</b>	<b>276</b>	<b>2.128</b>	<b>565</b>	<b>276</b>	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	696	180	(911)	113	(78)	-	1.823	180	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	1	6	(9)	6	-	4	9	6	4	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	134	379	(297)	94	(39)	272	296	379	272	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Demais Passivos Financeiros Setoriais</b>	<b>131</b>	<b>227</b>	<b>(243)</b>	<b>35</b>	<b>22</b>	<b>172</b>	<b>243</b>	<b>227</b>	<b>279</b>	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	131	227	(243)	35	22	172	243	227	172	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Devoluções Tarifárias	-	-	-	-	-	-	-	-	107	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total Passivos Financeiros Setoriais</b>	<b>962</b>	<b>792</b>	<b>(1.460)</b>	<b>248</b>	<b>(95)</b>	<b>448</b>	<b>2.371</b>	<b>792</b>	<b>555</b>	-

## 07 - Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
<b>Em serviço</b>		1.714	-	-	1.714
Participação da União, Estados e Municípios		39	-	-	39
Participação Financeira do Consumidor		1.082	-	-	1.082
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	4,25%	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE		-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento		287	-	-	287
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica		-	-	-	-
Outros		306	-	-	306
Ultrapassagem de demanda		121	-	-	121
Excedente de reativos		185	-	-	185
Diferença das perdas regulatórias		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
<b>(-) Amortização Acumulada - AIS</b>		(307)	-	-	(307)
Participação da União, Estados e Municípios		(15)	-	-	(15)
Participação Financeira do Consumidor		(227)	-	-	(227)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE		-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento		(53)	-	-	(53)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica		-	-	-	-
Outros		(12)	-	-	(12)
Ultrapassagem de demanda		(5)	-	-	(5)
Excedente de reativos		(7)	-	-	(7)
Diferença das perdas regulatórias		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
<b>Total</b>		1.407	-	-	1.407

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)
<b>Em serviço</b>	<b>1.369</b>	<b>651</b>	-	<b>(306)</b>	-	<b>1.714</b>	<b>345</b>
Participação da União, Estados e Municípios	39	-	-	-	-	39	-
Participação Financeira do Consumidor	1.043	345	-	(306)	-	1.082	39
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	287	-	-	-	-	287	-
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	306	-	-	-	306	306
Ultrapassagem de demanda	-	121	-	-	-	121	121
Excedente de reativos	-	185	-	-	-	185	185
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
<b>(-) Amortização Acumulada - AIS</b>	<b>(232)</b>	<b>(77)</b>	-	<b>2</b>	-	<b>(307)</b>	<b>(74)</b>
Participação da União, Estados e Municípios	(13)	(2)	-	-	-	(15)	(2)
Participação Financeira do Consumidor	(179)	(50)	-	-	-	(230)	(50)
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	(40)	(13)	-	-	-	(53)	(13)
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	(12)	-	2	-	(10)	(10)
Ultrapassagem de demanda	-	(5)	-	1	-	(4)	(4)
Excedente de reativos	-	(7)	-	1	-	(6)	(6)
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
<b>Em curso</b>	<b>300</b>	<b>(267)</b>	-	<b>(33)</b>	-	<b>(0)</b>	<b>(300)</b>
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	39	-	(39)	-	-	-
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	-	-	-	-	-	-	-
Valores Não Aplicados	-	-	-	-	-	-	-
Outros	300	(306)	-	6	-	(0)	(300)
Ultrapassagem de demanda	119	(121)	-	1	-	(0)	(119)
Excedente de reativos	181	(185)	-	5	-	0	(181)
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1.437</b>	<b>307</b>	-	<b>(337)</b>	-	<b>1.407</b>	<b>(29)</b>

As principais adições (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:

Descrição do bem	em R\$ mil
1. Extensão de energia elétrica em média e baixa tensão - (ODI 3594/17)	29
2. Extensão de energia elétrica em baixa tensão - (ODI 5943/17)	11

## 08 - Patrimônio Líquido

### Capital Social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 7.500 Milhões, no valor de R\$ 1,00 por quota.

## 09 - Receita Operacional Bruta

Receita Bruta	Nº Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
<b>Fornecimento - Faturado</b>	<b>11.328</b>	<b>11.092</b>	<b>59.042</b>	<b>63.878</b>	<b>32.630</b>	<b>36.791</b>
Residencial	9.528	9.306	18.230	17.807	12.258	12.478
Industrial	82	87	24.444	29.875	10.813	14.346
Comercial	1.590	1.572	10.561	10.456	6.944	7.282
Rural	24	24	224	79	92	28
Poder público	82	81	772	790	497	535
Iluminação pública	6	6	3.242	3.102	1.109	1.044
Serviço público	16	16	1.568	1.769	917	1.078
<b>Suprimento Faturado</b>						
<b>Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>8.334</b>	<b>2.646</b>	<b>828</b>	<b>12</b>
Consumidores Cativos					-	-
Consumidores Livres	1	1	8.334	2.646	828	12
Encargos de conexão de agentes de geração		-	-		-	-
Permissionárias					-	-
<b>Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado</b>					-	-
<b>(-) Transferências</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(109)</b>	<b>(89)</b>
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda					(30)	(37)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos					(78)	(52)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulatórias					-	-
<b>Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado</b>					<b>117</b>	<b>-</b>
<b>Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva</b>					<b>2.130</b>	<b>(2.056)</b>
<b>Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução</b>					<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Regulat.</b>					<b>(254)</b>	<b>(7)</b>
<b>Serviços Cobráveis</b>					<b>71</b>	<b>67</b>
Subvenções vinculadas ao serviço concedido					-	-
<b>Total</b>	<b>11.329</b>	<b>11.093</b>	<b>67.375</b>	<b>66.524</b>	<b>35.414</b>	<b>34.718</b>

## 10 - Pessoal e Administradores

<b>Pessoal e Administradores</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Pessoal</b>	<b>1.627</b>	<b>1.367</b>
Remuneração	972	895
Encargos	484	344
Previdência privada	-	-
Previdência - Fundação - Mantenedora	-	-
Previdência - Déficit ou superávit atuarial	-	-
Assistência médica	-	-
Programa de demissão voluntária	-	-
Despesas rescisórias	42	32
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Outros	129	96
<b>Administradores</b>	<b>415</b>	<b>513</b>
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	415	513
Benefícios dos administradores	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
<b>Total</b>	<b>2.042</b>	<b>1.880</b>



## 11 - Demonstração do Resultado do Exercício segregado por atividade

Conforme orientação contida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a apresentação da Demonstração do Resultado do Exercício Segregado por Atividade, não é compulsória pois a Concessionária detém atividade de geração e distribuição.

## 12 - Revisão e Reajuste Tarifário

### 12.1 Revisão Tarifária Periódica

A Revisão Tarifária Periódica da Muxfeldt, Marin e Cia Ltda ocorreu em 22 de julho de 2017, e teve seu resultado homologado através da Resolução Homologatória nº 2.270, de 11 de Julho de 2017.

O resultado do processo de Revisão Tarifária Periódica de 2017, apresentou um reposicionamento médio das tarifas a ser percebido pelos consumidores de 5,44%, sendo de 0,43%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão e de 9,11%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão.

De acordo com o contrato de concessão firmado entre a ANEEL e a Distribuidora em 09 de dezembro de 2015, a próxima Revisão Tarifária Periódica da Empresa ocorrerá no dia 22 de julho de 2022.

### 12.2 Reajuste Tarifário Anual

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica, com base em fórmula definida no contrato de concessão, que considera para os custos não gerenciáveis (Parcela A), as variações incorridas no período entre reajustes e, para os custos gerenciáveis (Parcela B), a variação do **IPCA**, ajustado pela aplicação do Fator X, conforme mencionado no parágrafo anterior.

### 12.3 Composição da Base de Remuneração Regulatória

Para a avaliação dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, visando à definição da base de remuneração no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP vigente, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- a) A base de remuneração aprovada no CRTP anterior deve ser “blindada”. Entende-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;
- b) As inclusões entre as data-base do CRTP vigente e anterior, desde que ainda em operação, compõem a Base Incremental e são avaliadas no processo de revisão tarifária do CRTP vigente;
- c) Os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas entre as datas-base do segundo e terceiro ciclos de revisão tarifária – base incremental (item b);
- d) Considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária do CRTP vigente; e
- e) A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IGP-M, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

Os ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são

elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória – BAR.

A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração.

#### Remuneração do Capital e Quota de Reintegração

Descrição	Valores
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	13.191.890
(2) Índice de Aproveitamento Integral	206.455
(3) Obrigações Especiais Bruta	2.463.738
(4) Bens Totalmente Depreciados	943.739
<b>(5) Base de Remuneração Bruta</b>	<b>9.577.959</b>
(6) Depreciação Acumulada	5.325.893
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	7.865.997
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	206.455
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	7.659.542
(10) Almojarifado em Operação	168.846
(11) Ativo Diferido	-
(12) Obrigações Especiais Líquida	2.036.533
(13) Terrenos e Servidões	966.856
<b>(14) Base de Remuneração Líquida Total</b>	<b>6.758.711</b>
(15) Saldo RGR PLPT	-
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	-
(17) Taxa de Depreciação	4,36%
(18) Quota de Reintegração Regulatória	417.599
(19) Remuneração de Obrigações Especiais	53.170
<b>(20) Remuneração do Capital</b>	<b>831.788</b>

#### 12.4 Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis - CAIMI

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI.

Descrição	Valores
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	2.350.505
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	1.057.727
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	282.061
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	1.010.717
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	119.081
(6) Anuidade - Veículos	57.585
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	262.658
(8) CAIMI = (5 + 6 + 7)	439.324

## 12.5 Ajuste da Parcela B em Função de Investimentos Realizados

Conforme previsto na Resolução Normativa ANEEL nº 234, de 31 de outubro de 2006, foi definido no 2CRTP mecanismo destinado a comparar os investimentos previstos no cálculo do Fator X com os efetivamente realizados pelas distribuidoras. Neste processo de revisão tarifária, este valor foi recalculado, resultando num valor de R\$ -282.389,00 reduzindo o valor da tarifa em -1,18%

## 12.6 Resumo da Revisão Tarifária.

Aplicando-se as metodologias definidas nos Módulos 2, 3 e 7 do Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que tratam do cálculo da revisão tarifária, do reajuste tarifário e da estrutura tarifária das Concessionárias de Distribuição de energia Elétrica, a Revisão Tarifária Periódica da Muxfeldt, Marin e Cia Ltda ocorrida em 22/07/2017 é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da concessionária, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado.

Descrição	Receita Verificada (R\$)	Receita Requerida (R\$)	Variação %	Participação no Revisão %	Part. Receita (%)
<b>1. PARCELA A (1.1 + 1.2 + 1.3+1.4)</b>	<b>18.516.332</b>	<b>18.069.380</b>	<b>-2,41%</b>	<b>-1,87%</b>	<b>77,31%</b>
1.1. Encargos Setoriais	4.195.314	3.732.538	-11,03%	-1,94%	15,97%
TFSEE	29.203	31.969	9,47%	0,01%	0,14%
CDE	3.452.975	3.000.843	13,09%	-1,89%	12,84%
PROINFA	525.868	495.832	-5,71%	-0,13%	2,12%
P&D e PEE	187.267	203.894	-8,88%	0,07%	0,87%
1.2. Transmissão	2.682.709	3.813.020	42,13%	4,74%	16,31%
1.3. Receitas irre recuperáveis	24.259	12.181	-19,79%	-0,05%	0,05%
1.4. Compra de Energia	11.614.050	10.511.641	-9,49%	-4,62%	44,98%
<b>2. PARCELA B (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4+)</b>	<b>5.347.079</b>	<b>5.301.895</b>	<b>-0,85%</b>	<b>-0,19%</b>	<b>22,69%</b>
2.1. Custos Operacionais + Anuidades	4.516.257	4.291.858	5,70%	-0,94%	18,37%
2.2. Remuneração	896.310	868.209	-3,14%	-0,12%	3,71%
2.3. Depreciação	338.315	411.168	21,53%	0,31%	1,76%
2.4. Ultrapassagem de Demanda e Exc	-	(43.998)	0,00%	-0,18%	-0,19%
2.5. Outras Receitas	(121.414)	(225.341)	85,60%	-0,44%	-0,96%
2.6. Ajuste de Investimentos 2CRTP	(282.389)	-	-100,00%	1,18%	0,00%
<b>3. Resultado da Revisão Tarifária</b>	<b>23.863.412</b>	<b>23.371.275</b>		<b>-2,06%</b>	<b>100%</b>
<b>4. Componentes Financeiros</b>				<b>-0,35%</b>	
<b>5. Reposicionamento com Financeiros</b>				<b>-2,41%</b>	
<b>6. Financeiros Retirados do IRT anterior</b>				<b>7,84%</b>	
<b>7. Efeito para Consumidor</b>				<b>5,44%</b>	

### 13 - Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada neste Manual. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

A seguir são detalhadas a natureza e explicação dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória.

#### DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS BALANÇOS PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

ATIVO	Nota	Valores expressos em milhares de reais					
		2017			2016		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Ativo Circulante</b>		<b>13.523</b>	<b>(394)</b>	<b>13.917</b>	<b>13.238</b>	<b>(450)</b>	<b>13.688</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		7.879	-	7.879	9.553	-	9.553
Consumidores		3.383	-	3.383	2.773	-	2.773
Serviços em Curso		66	-	66	-	-	-
Tributos Compensáveis		221	-	221	189	-	189
Almoxarifado Operacional	13.1	158	(394)	552	172	(450)	622
Ativos Financeiros Setoriais		1.528	-	1.528	273	-	273
Despesas Pagas Antecipadamente		155	-	155	192	-	192
Outros Ativos Circulantes		131	-	131	86	-	86
<b>Ativo Não Circulante</b>		<b>14.880</b>	<b>7.430</b>	<b>7.449</b>	<b>12.428</b>	<b>5.412</b>	<b>7.016</b>
Consumidores		620	-	620	620	-	620
Tributos Compensáveis		119	-	119	108	-	108
Ativos Financeiros Setoriais		-	-	-	-	-	-
Bens e Direitos para Uso Futuro		-	-	-	-	-	-
Outros Ativos Não Circulantes	13.2	-	(292)	292	-	(286)	286
Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão do							
Serviço Público de Energia Elétrica		300	-	300	285	-	285
Imobilizado	13.3	13.745	13.745	-	11.348	11.348	-
Intangível	13.3	95	(6.023)	6.119	66	(5.651)	5.717
<b>TOTAL ATIVO</b>		<b>28.402</b>	<b>7.036</b>	<b>21.366</b>	<b>25.666</b>	<b>4.962</b>	<b>20.704</b>
<b>PASSIVO</b>							
<b>Passivo Circulante</b>		<b>5.388</b>	<b>-</b>	<b>5.388</b>	<b>5.235</b>	<b>45</b>	<b>5.190</b>
Fornecedores		1.921	-	1.921	1.612	-	1.612
Obrigações Sociais e Trabalhistas		293	-	293	260	-	260
Tributos		816	-	816	540	-	540
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio		680	-	680	655	-	655
Encargos Setoriais		836	-	836	766	-	766
Passivos Financeiros Setoriais		555	-	555	963	45	918
Outros Passivos Circulantes		287	-	287	439	-	439
<b>Passivo Não Circulante</b>		<b>1.407</b>	<b>1.407</b>	<b>-</b>	<b>1.437</b>	<b>1.437</b>	<b>-</b>
Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público							
de Energia Elétrica		1.407	1.407	-	1.437	1.437	-
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>6.795</b>	<b>1.407</b>	<b>5.388</b>	<b>6.672</b>	<b>1.481</b>	<b>5.190</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>13.4</b>	<b>21.607</b>	<b>5.628</b>	<b>15.979</b>	<b>18.995</b>	<b>3.481</b>	<b>15.514</b>
Capital Social		7.500	-	7.500	7.500	-	7.500
Outros Resultados Abrangentes	13.4.2	6.226	6.226	-	3.968	3.968	-
Reservas de Lucros	13.4.1	7.881	(597)	8.479	7.527	(487)	8.014
<b>TOTAL PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>28.402</b>	<b>7.036</b>	<b>21.366</b>	<b>25.666</b>	<b>4.962</b>	<b>20.704</b>

### 13.1 Almoxarifado Operacional

Os ajustes são decorrentes de materiais e equipamentos em estoque utilizado na construção da infraestrutura da concessão, que na contabilidade societária estão classificados no Ativo Circulante – Almoxarifado Operacional e na contabilidade regulatória estão registrados no Ativo não Circulante – Imobilizado. Em ambos os casos estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização.

### 13.2 Outros ativos não circulantes (Ativos financeiros da concessão)

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização) até o final da concessão. Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, são registrados como Imobilizado e Intangível.

### 13.3 Imobilizado e Intangível

Os ajustes são decorrentes do lançamento da reavaliação compulsória na contabilidade regulatória. As concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica devem registrar contabilmente, a título de reavaliação regulatória compulsória, o montante decorrente da diferença entre o valor contábil e o Valor Novo de Reposição –VNR do Ativo Imobilizado em Serviço –AIS, ajustado pela respectiva depreciação acumulada, decorrente da reavaliação regulatória compulsória efetuada, nos termos da legislação regulatória, em decorrência da última Revisão Tarifária anterior, em contrapartida da conta contábil específica do Patrimônio Líquido – Reserva de Reavaliação, líquido dos efeitos tributários.

### 13.4 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Saldo societário no início do exercício	15.979	15.514
<b>Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória</b>	5.628	3.481
Ativos e passivos financeiros setoriais	(597)	(487)
Reavaliação regulatória compulsória	6.225	3.968
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória		
Saldo regulatório no fim do exercício	<u>21.607</u>	<u>18.995</u>

#### 13.4.1 Ativos e Passivos financeiros setoriais

Os ajustes são decorrentes de valores financeiros apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pelo Órgão Regulador, sendo que na contabilidade societária foram desconsiderados os valores referentes as baixas dos ativos financeiros setoriais ocorridas no período tarifário.

#### 13.4.2 Reavaliação regulatória compulsória

A diferença entre os valores apurados na contabilidade societária e regulatória refere-se à contabilização da Reavaliação Regulatória dos bens do Ativo Imobilizado, na forma da Resolução 396/2006 e reconhecidos de acordo com a metodologia aprovada pela última Revisão Tarifária Periódica da Concessionária ocorrida em 2017.

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS**  
**DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**

	Valores expressos em milhares de reais						
	Notas	2017			2016		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Receita / Ingresso</b>		<b>35.414</b>	<b>45</b>	<b>35.369</b>	<b>34.718</b>	<b>(1.526)</b>	<b>36.243</b>
Fornecimento de Energia Elétrica		33.467	-	33.467	36.714	-	36.714
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	13.5.1	1.876	45	1.831	(2.063)	(1.526)	(537)
Serviços Cobráveis		71	-	71	67	-	67
<b>Tributos</b>		<b>(11.684)</b>	<b>-</b>	<b>(11.684)</b>	<b>(12.682)</b>	<b>-</b>	<b>(12.682)</b>
ICMS		(8.441)	-	(8.441)	(9.110)	-	(9.110)
PIS-PASEP/COFINS		(3.231)	-	(3.231)	(3.561)	-	(3.561)
ISS/IPTU		(11)	-	(11)	(11)	-	(11)
<b>Encargos - Parcela "A"</b>		<b>(4.104)</b>	<b>-</b>	<b>(4.104)</b>	<b>(3.275)</b>	<b>-</b>	<b>(3.275)</b>
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D		(98)	-	(98)	(94)	-	(94)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(98)	-	(98)	(94)	-	(94)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		(3.001)	-	(3.001)	(3.462)	-	(3.462)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(30)	-	(30)	(27)	-	(27)
Outros Encargos		(877)	-	(877)	402	-	402
<b>Receita Líquida / Ingresso Líquido</b>		<b>19.626</b>	<b>45</b>	<b>19.581</b>	<b>18.760</b>	<b>(1.526)</b>	<b>20.285</b>
<b>Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"</b>		<b>(14.140)</b>	<b>-</b>	<b>(14.140)</b>	<b>(15.123)</b>	<b>-</b>	<b>(15.123)</b>
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(10.939)	-	(10.939)	(12.879)	-	(12.879)
Encargos de Transmissão, Conexão e Distribuição		(3.201)	-	(3.201)	(2.244)	-	(2.244)
<b>Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis</b>		<b>5.486</b>	<b>45</b>	<b>5.441</b>	<b>3.637</b>	<b>(1.526)</b>	<b>5.162</b>
<b>Custos Gerenciáveis - Parcela "B"</b>		<b>(3.800)</b>	<b>(155)</b>	<b>(3.646)</b>	<b>(2.906)</b>	<b>(123)</b>	<b>(2.783)</b>
Pessoal e Administradores		(2.042)	-	(2.042)	(1.880)	-	(1.880)
Material		(292)	-	(292)	(207)	-	(207)
Serviço de Terceiros		(500)	-	(500)	(278)	-	(278)
Arrendamentos e Aluguéis		(189)	-	(189)	(175)	-	(175)
Seguros		(16)	-	(16)	(8)	-	(8)
Provisões		(5)	-	(5)	331	-	331
(-) Recuperação de Despesas		27	-	27	29	-	29
Tributos		(44)	-	(44)	(14)	-	(14)
Depreciação e Amortização	13.5.2	(555)	(155)	(400)	(492)	(123)	(370)
Gastos Diversos		(185)	-	(185)	(212)	-	(212)
<b>Outras Receitas Operacionais</b>		<b>939</b>	<b>-</b>	<b>939</b>	<b>1.194</b>	<b>(1.589)</b>	<b>2.783</b>
<b>Outras Despesas Operacionais</b>		<b>(113)</b>	<b>-</b>	<b>(113)</b>	<b>(381)</b>	<b>1.589</b>	<b>(1.969)</b>
<b>Resultado da Atividade</b>		<b>2.512</b>	<b>(109)</b>	<b>2.621</b>	<b>1.544</b>	<b>(1.648)</b>	<b>3.192</b>
<b>Resultado Financeiro</b>		<b>47</b>	<b>-</b>	<b>47</b>	<b>699</b>	<b>192</b>	<b>507</b>
Despesas Financeiras		(1.114)	-	(1.114)	(1.018)	(38)	(980)
Receitas Financeiras		1.161	-	1.161	1.717	230	1.488
<b>Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro</b>		<b>2.559</b>	<b>(109)</b>	<b>2.668</b>	<b>2.243</b>	<b>(1.457)</b>	<b>3.700</b>
Imposto de Renda		(618)	-	(618)	(874)	-	(874)
Contribuição Social		(242)	-	(242)	(335)	-	(335)
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio		800	-	800	770	-	770
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>		<b>2.498</b>	<b>(109)</b>	<b>2.608</b>	<b>1.804</b>	<b>(1.457)</b>	<b>3.261</b>

### 13.5 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	2.607	3.261
<b>Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória</b>	<b>(109)</b>	<b>(1.457)</b>
Ativos e passivos financeiros setoriais	45	(1.526)
Receita Ultrapassagem de Demanda e Excedentes de Reativos	-	-
Atualização dos Ativos e passivos financeiros setoriais	-	192
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória	(154)	(123)
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	<u>2.498</u>	<u>1.804</u>

#### 13.5.1 Ativos e passivos financeiros setoriais

Os ajustes são decorrentes de valores financeiros apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pelo Órgão Regulador, sendo que na contabilidade societária foram desconsiderados os valores referentes as baixas dos ativos financeiros setoriais ocorridas no período tarifário.

#### 13.5.2 Depreciação – Reavaliação regulatória compulsória

A diferença existente entre a depreciação e amortização deve-se pelo reconhecimento das despesas da Depreciação do VNR – Valor Novo de Reposição e por tratar-se de regramento regulatório os efeitos estão registrados somente na contabilidade regulatória.



Rogério Zimmermann Döering  
Diretor Presidente  
CPF: 467.985.280-15



Rosane Rovani de Linhares  
Contadora  
CRC: RS 55.496-O/8  
CPF: 494.609.860-72



## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Muxfeldt, Marin E Cia. Ltda – MUX ENERGIA

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia Muxfeldt, Marin E Cia Ltda., que compreendem ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) por meio da Resolução Normativa número 605, de 11 de março de 2014.

### Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias estão livres de distorção relevante.

A auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis regulatórias da companhia para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas, não, para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. A auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração e a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da companhia em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico -MCSE.

### Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa número dois (2) às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

### Outros assuntos

A companhia elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 02 de abril de 2018.

Porto Alegre, 24 de abril de 2018



ANTÔNIO CÉSAR DA SILVA  
CONTADOR CRC/RN 43890-0-9 - CNAI 1079  
CPF 437477870-53



PEGASUS AUDITORES ASSOCIADOS S.S.  
CNPJ 06.951.205/0001-39 - CVM AD 1.1.2.14/2013  
CRC/RN 4.305